

Brasil admite pagar mais aos bancos

Rio — O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, disse ontem, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), no Rio, que o País poderá flexibilizar a proposta de negociação da dívida externa, apresentada aos credores. Os atrasados — que somam cerca de oito bilhões de dólares — poderão ser pagos, desde que haja um empréstimo-ponte equivalente (das agências multilaterais, por exemplo), que seria incorporada ao global da dívida.

“Não estamos inflexíveis em relação a quanto pagar da dívida, desde que sejam identificadas fontes de recursos para efetuarmos pagamentos adicionais”, salientou Kandir, revelando que o

fluxo de remessas para os bancos comerciais pode aumentar se houver alternativas de financiamento ao setor público.

Disse que o acordo da dívida deve ser duradouro, não por uma questão de retórica, mas para acabar com as incertezas sobre a capacidade do País de cumprir o que foi acertado. “Essas incertezas prejudicam a condução da política econômica e a retomada dos investimentos por parte dos agentes econômicos”, comentou. O acordo, completou, também deve ser debatido em bases racionais. “Não aceitaremos aumentar pagamentos aos credores às custas de inflação. Mas a forma de pagamento pode ser negociada, desde que não comprometa nossa capacidade de remessas”,

reiterou.

Não haverá pagamentos, ainda este ano, aos bancos comerciais. Já para 1991, a previsão de desembolso brasileiro está na ordem de 1,1 bilhão de dólares. Os bancos, ressaltou Kandir, podem apresentar fórmulas institucionais de pagamento que sejam adequadas a seus interesses e que poderiam ser consideradas pelo Governo brasileiro, se não ferissem a capacidade de pagamento do País.

Kandir comentou ainda a possibilidade de pagamentos diferenciados aos credores, através de uma redistribuição dos recursos enviados para saldar os débitos. Ele acha que a flexibilização é o melhor caminho e que a rigidez formal da proposta tira a liberdade de negociações, o que não é construtivo no momento.

Kandir esteve na CNI para esclarecer aos presidentes das federações de indústrias do País a proposta brasileira de negociação da dívida externa. Recebeu o apoio da entidade, que considera positiva a forma como o Governo vem conduzindo as negociações. Ele lembrou que, nos anos 80, os acordos da dívida externa não tinham sustentação de longo prazo, o que provocava insegurança nos agentes econômicos quanto à condução da política econômica.

O Brasil, completou, enfrenta uma desproporção entre a dívida e a capacidade de pagamentos, já que 90 por cento dos débitos estão concentrados no setor público, mas quem tem condições de gerar saldos de balança comercial é o setor privado, ao contrário do diagnóstico da dívida externa de países como o México e a Venezuela.

Negociação recomeça nos EUA

No início da próxima semana, a equipe brasileira de negociação da dívida seguirá para Nova Iorque, para uma segunda rodada de negociação com o comitê dos bancos credores. O anúncio foi feito pelo presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. A data deverá ser definida pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, que retorna hoje do Chile.

O início das negociações com os credores privados internacionais ocorreu no último dia 10, quando o Governo brasileiro apresentou sua proposta ao comitê. A proposta recebeu algumas críticas dos bancos e o Governo entendeu que faltou esclarecimentos. Ibrahim Eris foi então enviado para contatos com os dirigentes dos organismos multilaterais e o governo norte-americano, com a missão de dar maio-

res informações sobre a proposta. Eris retornou da missão nos Estados Unidos na semana passada.

O embaixador especial para assuntos da dívida, Jório Dauster, que divide a coordenação da equipe negociadora com o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, disse que a viagem depende de acertos com o chefe do comitê dos credores, William Rodhes. Mas, até o final desta semana, a data estará marcada. Dauster disse que este segundo contato estava previsto para a negociação de fato com os bancos. No início da negociação, que durou três dias, segundo o embaixador, só houve tempo para apresentação da proposta. A expectativa agora é de uma resposta formal dos credores à proposta brasileira.